

OLMA

Observatório Nacional  
de Justiça Socioambiental  
Luciano Mendes de Almeida

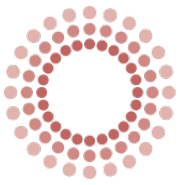


Preparamos uma lista das principais propostas de lei no tocante a justiça socioambiental em trâmite na Câmara dos Deputados e no Senado e que podem seguir para votação definitiva ainda este ano ou no primeiro semestre do ano.

Nos ajude a monitorar, acompanhe, entre em contato com os relatores, compartilhe!

## 1. CRIANÇA E ADOLESCENTES:

- PLS 358/2015, de autoria do Senador **Raimundo Lira (PMDB/PB)**, que "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes". **O parecer da relatora a Senadora Ana Amélia (PP/RS) é pela aprovação ([ana.amelia@senadora.gov.br](mailto:ana.amelia@senadora.gov.br))**.
- PLS 631/2011, de autoria da senadora **Lídice da Mata (PSB/BA)**, que altera a redação dos arts. 132, 133, 134, 136 e 139 da Lei nº 8.069/90 (dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente) para prever no art. 132 que em cada município, haverá pelo menos um Conselho Tutelar, composto de cinco membros eleitos pela comunidade local para mandato de quatro anos, permitida a reeleição, sendo necessário o atendimento de outros critérios para criação de Conselhos Tutelares, de acordo com número de habitantes e para atendimento de locais com notória abundância dos casos de violação e da outras providências. **O parecer da relatora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) é favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta ([vanessa.grazziotin@senadora.gov.br](mailto:vanessa.grazziotin@senadora.gov.br))**.
- PEC 33/2012, de autoria do Senado Federal, que altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar. **O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), destacou que o projeto já está em debate a três anos na CCJ e pediu que o presidente Edison Lobão (PMDB-MA) coloque a PEC**



OLMA

Observatório Nacional  
de Justiça Socioambiental  
Luciano Mendes de Almeida

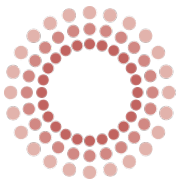


novamente em votação assim que possível  
([Ricardoferraco@senador.leg.br](mailto:Ricardoferraco@senador.leg.br)).

- PL 867/2015, de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB/DF), que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. (Apensado: PL 7180/2014, que Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Adapta a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro). **O parecer do relator deputado Flavinho (PSC-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação.**
  - **Situação atual:** Aguardando Deliberação na **Comissão Especial** destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que "altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996" (inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa), e apensados (PL718014).

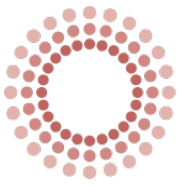
## 2. POVOS INDÍGENAS:

- PLS 161/2015, de autoria do senador **Telmário Mota (PDT/RR)**, que altera a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73) e a lei que assegura validade e regula a expedição das carteiras de identidade (Lei nº 7.116/83), para autorizar a inserção da etnia do indígena nos registros públicos (assentos de nascimento, casamento e óbito), mediante simples declaração, e na Carteira de Identidade, a partir dos registros. **O parecer da relatora Ângela Portela (PDT/RR) é pela aprovação do projeto e das emendas** ([angela.portela@senadora.gov.br](mailto:angela.portela@senadora.gov.br)).
- PL 490/2007, de autoria do deputado Homero Pereira (PR/MT), que estabelece que as terras indígenas serão demarcadas através de leis. **O parecer do Relator, Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no**



mérito, pela aprovação do PL 6818/2013, apensado, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 490/2007, do PL 1218/2007, do PL 2302/2007, do PL 2311/2007, do PL 5993/2009, do PL 2479/2011, do PL 1606/2015, do PL 3896/2012, do PL 1003/2015, do PL 1216/2015 e do PL 1218/2015, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural ([dep.jeronimogoergen@camara.leg.br](mailto:dep.jeronimogoergen@camara.leg.br)).

- PEC 215/2000, de autoria do **deputado Almir Sá (PPB/RR)**, que inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. **Parecer com Complementação de Voto**, do **deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)**, pela aprovação desta, da PEC 579/2002, da PEC 156/2003, da PEC 257/2004, da PEC 275/2004, da PEC 319/2004, da PEC 37/2007, da PEC 117/2007, da PEC 161/2007, da PEC 411/2009, e da PEC 415/2009, apensadas, com substitutivo, e pela rejeição da PEC 291/2008.
- PL 2395/2015, de autoria do **deputado Vicentinho Júnior (PSB/TO)**, que modifica Modifica a Lei no 6.001/73, que "dispõe sobre o Estatuto do Índio", para acrescentar o inciso IV ao art. 39, alterar o art. 42, caput, acrescentar o §2º ao art. 42 e revogar o art. 43, a fim de permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras, bem como, comercializar aquilo que foi produzido e gerenciar a renda obtida. **Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).**
- PL 7735/2014, de autoria **do Poder Executivo**, que Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23



O L M A

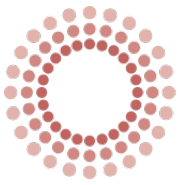
Observatório Nacional  
de Justiça Socioambiental  
Luciano Mendes de Almeida



de agosto de 2001; e dá outras providências. **Transformado na Lei Ordinária 13123/2015.**

### 3. MEIO AMBIENTE:

- **PL 6268/2016**, de autoria do deputado **Valdir Colatto (PMDB/SC)**, que "dispõe sobre a Política Nacional de Fauna e dá outras providências". (Apensado: PL 7129/2017) Explicação: Altera a Lei nº 7.797, de 1989. Revoga a Lei nº 5.197, de 1967 e dispositivo da Lei nº 9.605, de 1998. **O parecer do relator, o deputado Nilto Tatto (PT/SP), é pela rejeição desse e do apensado ([dep.niltotatto@camara.leg.br](mailto:dep.niltotatto@camara.leg.br)).**
- **PL 7279/2017**, de autoria do deputado **Carlos Henrique Gaguim (PTN/TO)**, que "dispõe sobre a criação e a implantação de corredores de biodiversidade". **O parecer do deputado Augusto Carvalho (SD/DF), é pela aprovação, com emenda.**
- **PL 675/2015**, de autoria do deputado **João Rodrigues (PSD/SC)**, que "dá nova redação ao inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta § 2º-A ao mesmo dispositivo, para estabelecer regras relacionadas à obtenção de licenciamento ambiental de obras e serviços". **O parecer do relator, o deputado Nilto Tatto (PT/SP), é pela rejeição ([dep.niltotatto@camara.leg.br](mailto:dep.niltotatto@camara.leg.br)).**
- **PL 7535/2017**, de autoria do deputado **Carlos Gomes (PRB/RS)**, que "dispõe sobre incentivos para fomentar a indústria da Reciclagem - cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem - FAVORECICLE e o Fundo de Investimento para projetos de Reciclagem - PRORECICLE". **O parecer do relator, o deputado Daniel Coelho (PPS/PE), é pela aprovação, com emenda ([dep.danielcoelho@camara.leg.br](mailto:dep.danielcoelho@camara.leg.br)).**
- **PL 8628/2017**, de autoria do deputado **Sergio Vidigal (PDT/ES)**, que "altera a Lei 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para incluir a promoção de campanhas de conscientização sobre as mudanças climáticas entre as destinações para os recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima". **O parecer do relator, o deputado Nilto Tatto (PT/SP), é pela aprovação ([dep.niltotatto@camara.leg.br](mailto:dep.niltotatto@camara.leg.br)).**



O L M A

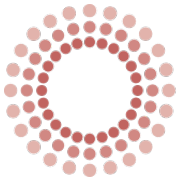
Observatório Nacional  
de Justiça Socioambiental  
Luciano Mendes de Almeida



- PL 7613/2017, de autoria da senadora **Lídice da Mata (PSB/BA)**, que "altera o § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros na Caatinga". **O parecer do relator, o deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PV/SP), é pela aprovação ([dep.antoniocarlosmendesthame@camara.leg.br](mailto:dep.antoniocarlosmendesthame@camara.leg.br)).**
- PL 7647/2017, de autoria do deputado **Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB)**, que "dispõe sobre penalidade a quem lança nas águas lixo plástico de embarcações". Explicação: Alteram a Lei nº 9.537 de 1997. **O parecer do relator, o deputado Valdir Colatto (MDB/SC) é pela aprovação deste, na forma do substitutivo adotado na Comissão de Viação e Transporte ([dep.valdircolatto@camara.leg.br](mailto:dep.valdircolatto@camara.leg.br)).**
- PL 6299/2002, de autoria do senador Blairo Maggi (SPART/MT), que altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que **dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. O relator deputado Luiz Nishimori (PR-PR) apresentou substitutivo ao Projeto de Lei 6299/02 e 29 apensados ([Dep.luiznishimori@camara.leg.br](mailto:Dep.luiznishimori@camara.leg.br)).**

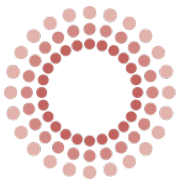
#### 4. GÊNERO:

- PL 5555/2013, de autoria do deputado **João Arruda (PMDB/PR)**, que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação. NOVA EMENTA: Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei nº



11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)". **O parecer da relatora, a deputada Laura Carneiro (DEM/RJ), é pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 5555/2013 ([dep.lauracarneiro@camara.leg.br](mailto:dep.lauracarneiro@camara.leg.br)).**

- **PL 290/2015**, de autoria do deputado **Valmir Assunção (PT/BA)**, que "acrescenta art. 17-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para dispor sobre o direito de regresso da Previdência Social perante o agressor". **O parecer do relator, o deputado Juscelino Filho (DEM/MA), é pela aprovação ([dep.juscelinofilho@camara.leg.br](mailto:dep.juscelinofilho@camara.leg.br)).**
- **PL 3030/2015**, de autoria do deputado **Lincoln Portela (PR/MG)** que "altera o art. 121 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do feminicídio se o crime for praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista no art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. NOVA EMENTA: Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal". **O parecer da relatora, a deputada Laura Carneiro (DEM/RJ), é pela rejeição da Emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 3030/2015 ([dep.lauracarneiro@camara.leg.br](mailto:dep.lauracarneiro@camara.leg.br)).**
- **PLS 282/2016**, de autoria da senadora **Marta Suplicy (MDB/SP)**, que altera a Lei dos Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991) para dispor sobre a ação regressiva da Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher. **O parecer do relator o senador José Pimentel (PT/CE) é favorável ao projeto ([gab.josepimentel@senado.gov.br](mailto:gab.josepimentel@senado.gov.br)).**
- **PL 290/2015**, de autoria do deputado **Valmir Assunção (PT/BA)**, que "acrescenta art. 17-A a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para dispor sobre o direito de regresso da Previdência Social perante o agressor" (Apensados: PL 422/2015, PL 3846/2015, PL 6315/2016 e PL 6410/2016). **O parecer do relator, o deputado Juscelino Filho (DEM/MA), é pela aprovação do PL 290/2015, do PL 422/2015, e do PL 3846/2015, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres e pela rejeição do PL**



O L M A

Observatório Nacional  
de Justiça Socioambiental  
Luciano Mendes de Almeida

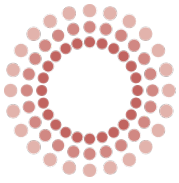


6315/2016, e do PL 6410/2016, apensados ([dep.juscelinofilho@camara.leg.br](mailto:dep.juscelinofilho@camara.leg.br)).

- PL 882/2015, de autoria do deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), que estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências. O parecer do relator. **Aguardando apreciação em plenário, sem parecer do relator até o momento.**

## 5. MIGRAÇÕES E REFÚGIO:

- PLS 138/2017, de autoria do senador Armando Monteiro (PTB/PE), altera a lei que disciplina a prestação de serviços no exterior, para dispor sobre a transferência de empregados, a contratação por empresa estrangeira e a contratação ou transferência definitiva. **Aguarda designação de novo relator** (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129124>).
- PLS 491/2017, acrescenta o §11 ao art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), para dispensar autorização de residência prévia à emissão de visto temporário (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131854>).
- PLS 408/2018, de autoria do senador Romero Jucá, altera a Lei nº 9.474/1997 e a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), para determinar a expulsão de migrante, visitante ou refugiado em caso de condenação criminal por quaisquer crimes praticados em território nacional; e para disciplinar a avaliação da capacidade de absorção e a fixação de limites nacionais e por Estado de refugiados e de imigrantes acolhidos humanitariamente. **Aguarda designação de novo relator** (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/134315>).
- PDS(SF) 1/2018, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), susta os § 6º e §7º do art. 34; § 9º e §10 do art. 38; § 3º e § 4º do art. 42; § 3º e § 4º do art. 43; e § 5º e 6º do art. 46, todos do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que Regulamenta a Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, que



OLMA

Observatório Nacional  
de Justiça Socioambiental  
Luciano Mendes de Almeida



instituiu a Lei de Migração  
(<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132149>).

## 5. INTERESSES GERAIS:

- PEC 287/2016, de autoria do **Poder Executivo**, que altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelecem regras de transição e dá outras providências. O relator da reforma da Previdência (PEC 287/16), deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), apresentou no dia (22/11) os principais pontos da nova proposta de reforma da Previdência em discussão com o governo, com ajustes para garantir o apoio da base aliada na Câmara dos Deputados ([dep.arthuroliveiramaia@camara.leg.br](mailto:dep.arthuroliveiramaia@camara.leg.br)).
- PL 3722/2012, de autoria do **deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC)**, que disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas. **Aguardando apreciação em plenário, sem parecer do relator até o momento.**
- PL 5065/2016, de autoria do **deputado delegado Edson Moreira (PR/MG)**, que altera Tipifica atos de terrorismo por motivação ideológica, política, social e criminal. **Parecer do Relator, deputado Hugo Leal (PSD/RJ), pela aprovação deste e dos PLs de nº 9604/2018 e 9858/2018, apensados, com substitutivo** ([dep.hugoleal@camara.leg.br](mailto:dep.hugoleal@camara.leg.br)).

Acompanhe em:

[www.olma.org.br](http://www.olma.org.br)

<https://www.facebook.com/olmaobservatorio/>